RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

E

CONTAS DO EXERCÍCIO

PRAIA-CABO VERDE
ANO DE 2015

INDICE

1. Relatório das atividades

2. Demonstrações financeiras do exercício

3. Relatório de auditoria

4. Parecer do conselho fiscal

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Caros Colegas
Contabilistas e Auditores Certificados,

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos aos Colegas Associados, Contabilistas e Auditores Certificados, o Relatório das Atividades da OPACC- Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relativo ao ano de 2015.

2. BREVE APRESENTAÇÃO DA ORDEM

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa coletiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial, as seguintes:

(i) superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado, atentos a relevância e o interesse público que as mesmas revestem;

(ii) definir, difundir, promover e fazer cumprir normas de ética e deontologia e normas técnicas de atuação profissional, tendo em consideração as emanadas da IFAC-International Federation of Accountants (Federação Internacional de Peritos Contabilistas);

(iii) exercer jurisdição disciplinar sobre os Associados e sobre as sociedades de Auditores Certificados e sociedades de Contabilistas Certificados;

(iv) representar e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus Associados;

(v) propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de Auditor Certificado e de Contabilista Certificado e aos interesses profissionais e morais dos Associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

3. ESTRUTURA E LOGÍSTICA DA ORDEM

3.1. Órgãos sociais

A estrutura orgânica da OPACC, conforme definido no Estatuto da Ordem, é a seguinte:

a) O Presidente da Ordem

O Presidente da Ordem é o órgão singular que tem, em exclusivo, funções de direcção superior da Ordem e de representação desta perante o Estado, outras entidades públicas e privadas e organizações internacionais. Cabe também ao Presidente da Ordem, entre outras, marcar as eleições, conduzir o processo eleitoral e dar posse aos Associados eleitos para os demais órgãos, etc.

b) A Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Ordem, composta por todas as pessoas singulares que estejam certificadas na qualidade de Associados. A Mesa da Assembleia é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e dois secretários. Cabe à Assembleia Geral decidir sobre todas as matérias que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto nomeadamente eleger e destituir os membros dos órgãos da Ordem; aprovar os planos, orçamentos e os relatórios e contas do Conselho Diretivo e os pareceres do Conselho Fiscal; aprovar o código de ética e deontologia profissional e demais regulamentos internos que não estejam abrangidos nas competências do Conselho Diretivo, etc.

c) O Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão colegial de administração e gestão da Ordem a nível nacional, sem prejuízo das competências conferidas às Comissões Regionais. O Conselho Diretivo é composto por nove Associados Certificados, dois terços dos quais, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, serão Auditores Certificados e um terço devem pertencer à categoria de Contabilistas Certificados. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo são, por inerência de funções, respetivamente, Presidente e Vice-Presidente da Ordem. Cabe ao Conselho Diretivo, nomeadamente praticar todos os atos próprios de administração e gestão da Ordem a nível nacional; elaborar e/ou aprovar os Regulamentos; exercer a competência residual, deliberando sobre todas as matérias que não se encontrem compreendidas nas competências específicas de outros órgãos da Ordem, etc.

d) As Comissões Regionais do Barlavento e Sotavento

As Comissões Regionais, no âmbito das respetivas circunscrições territoriais, exercem as funções de órgão colegial de administração da Ordem em estreita coordenação com o Conselho Diretivo. Cabe às Comissões Regionais, entre outras praticar atos próprios de administração e gestão de âmbito e carácter manifestamente regional; proceder à admissão e inscrição dos Associados e ao registo das sociedades de Auditores e Contabilistas Certificados que exerçam a sua atividade e funções na respetiva circunscrição territorial, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Técnico; organizar os cadastros regionais de Auditores e Contabilistas Certificados e de sociedades de

Auditores e de Contabilistas Certificados, remetê - los ao Conselho Diretivo e afixar as listas de âmbito nacional fornecidas por este órgão, etc.

e) O Conselho Técnico

O Conselho Técnico é o órgão consultivo e de apoio técnico da Ordem. O Conselho Técnico é composto por cinco membros, pertencendo pelo menos três, de entre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, à categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Técnico, nomeadamente elaborar e propor à aprovação do órgão competente o Código de Ética e Deontologia Profissional, o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames e as normas técnicas de atuação profissional, de Auditoria e de contabilidade, tendo em conta as internacionalmente aceites; emitir parecer sobre os processos de admissão de Associados e de registo de sociedades de Auditores e de Contabilistas Certificados, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários; propor ao Conselho Diretivo a organização ou a promoção de cursos, seminários, conferências e outras iniciativas; organizar e manter uma biblioteca de índole técnica e promover a edição de publicações técnico - profissionais, entre as quais uma Revista de Contabilidade e Auditoria, etc.

f) O Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar é o órgão de jurisdição da Ordem em matéria disciplinar. O Conselho Disciplinar é composto por cinco Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados. O Presidente, o Vice-Presidente e um dos vogais terão necessariamente a categoria profissional de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Disciplinar, nomeadamente averiguar, inquirir e julgar em primeira instância as infrações disciplinares cometidas por Associados; elaborar parecer sobre as reclamações das empresas ou das entidades a quem os Auditores e Contabilistas Certificados prestam serviço sobre assuntos relacionados com o exercício das profissões respetivas; elaborar o projeto de Regulamento Disciplinar, sujeito a aprovação do Conselho Diretivo, etc.

g) O Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle da legalidade e da gestão económica e financeira da Ordem. O Conselho Fiscal é composto por três Associados, de entre os Auditores e Contabilistas Certificados, tendo o Presidente necessariamente a categoria de Auditor Certificado. Cabe ao Conselho Fiscal, entre outras, fiscalizar o cumprimento da lei, do Estatuto, dos regulamentos e das deliberações da Assembleia Geral por todos os órgãos; fiscalizar a gestão da Ordem a todos os níveis; verificar o cumprimento dos planos e orçamentos aprovados; verificar a validade das deliberações tomadas pelos órgãos da Ordem e dar conhecimento ao Presidente da Ordem de situações de nulidade ou anulabilidade; elaborar relatório da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório e contas, etc.

3.2. Comissões especializadas

Existem as seguintes comissões no âmbito do Regulamento de Admissão, Estágios e Exames:

(i) Júri do exame para Contabilista Certificado

(ii) Júri do exame para Auditor Certificado
(iii) Comissão de acompanhamento de estágios para Contabilista Certificado
(iv) Comissão de acompanhamento de estágios para Auditor Certificado
(v) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Contabilista Certificado
(vi) Júri da entrevista de avaliação técnico - profissional para Auditor Certificado

As atribuições de cada comissão constam do citado Regulamento de Admissão, Estágios e Exames.

3.3. Instalações e pessoal de apoio logístico ao funcionamento

Instalações

A Ordem funciona em instalações próprias, a nível da sede central, sede da CRS e Academia OPACC, na Praia, e instalações arrendadas, tais como sede da CRB e secção regional na ilha do Sal.

Pessoal contratado

O quadro de pessoal permanente da OPACC é constituído por um Secretário-geral (que exerceu durante o 1º trimestre de 2015), uma Diretora Administrativa e financeira, a partir do 2º trimestre de 2015, uma Secretária e duas Auxiliares operacionais, afetos à Sede Central e à Comissão Regional do Sotavento, e uma Secretária - assistente administrativa, afeta à Comissão Regional do Barlavento.

Prestadores de serviço

A Ordem vem recorrendo aos serviços de um Contabilista, um Jurista, um Técnico de web e de uma Empresa de informática, em regime de avença, bem como serviços pontuais de assistência na limpeza, manutenção e reparação das instalações e equipamentos associados. Os serviços de entidades congéneres e parceiras e de outras empresas e entidades e de trabalhadores independentes, mormente no âmbito da formação, são utilizados pontualmente, dependendo das necessidades, no âmbito do plano de formação anual.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2015

4.1. Funcionamento dos órgãos sociais

a) Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões periódicas a nível das Comissões Regionais, para dar andamento aos processos entrados localmente, mormente processos de pedidos de admissão na Ordem, bem como diversas reuniões deliberativas do Conselho Diretivo, para análise do funcionamento da Ordem e tomada de decisões de gestão e outras deliberações pertinentes.
b) Foram realizadas diversas reuniões da Comissão de Acompanhamento de Estágios para Contabilista Certificado, visando a emissão de parecer sobre pedidos de dispensa de estágio, bem como reuniões correntes do Conselho Técnico, para deliberar sobre pedidos de reinscrições de antigos técnicos de contas, inscritos no Ministério das Finanças, pedidos de dispensas de exames e de estágio para Contabilista Certificado, inscrição nos exames para Contabilista e para Auditor e outras deliberações pertinentes.

c) O Conselho Disciplinar realizou reuniões periódicas para análise da situação disciplinar da Ordem, mormente no que concerne os atrasos nos pagamentos de quotas dos Associados, e o Conselho Fiscal também se reuniu para análise do Relatório e Contas de 2013 do Conselho Diretivo e respetivo Relatório de Auditoria, para emissão do correspondente parecer.

4.2. Gestão dos processos entrados na Ordem

Em 2015, deram entrada na OPACC diversos pedidos de Associados, de Sociedades Registadas na Ordem e de Candidatos à Certificação, sobre os mais diversos assuntos. Por cada pedido é constituído um processo. Apresentamos a seguir um quadro com a tipologia dos processos e a situação no final do exercício.

Estatística de Processos entrados em 2015

	Região		Despacho					
Tipo de Processo	CRB	CRS	Conselho Técnico	CRS	CRB	C. Directivo	Despachos	Pendente
Dispensa de Exame CC	10	43	48				48	5
Dispensa de Exame AC	0	2	2				2	0
Inscrição Exame CC	2	4	6				6	0
Inscrição Exame AC	0	1	1				1	0
Dispensa Estágio CC	1	4	3				3	2
Dispensa Estágio AC	0	2	1				1	1
Admissão Estágio CC	5	8	7				7	6
Admissão Estágio AC	0	1	0				0	1
Redução Estágio CC	0	1	0				0	1
Inscrição Contab. Certificado	0	0	0				0	0
Inscrição Auditor Certificado	0	1	0				0	1
Avaliação Pacto Social Soc. AC	0	0	0				0	0
Avaliação Pacto Social Soc. CC	1	0	1				1	0
Avaliação Situação Académica	4	0	4				4	0
Pedido de Registo Sociedade CC	0	1	1	1			1	0
Pedido de Cédula Profissional - Novos	2	2	0	2	2		4	0
Pedido de Suspensão Temporária Voluntária	2	1	0	2			2	0
Anulação STV	0	0	0					0
Reinscrição Técnicos Contas inscritos Ministério Finanças	1	8	9	8	1		9	0
Correspondências Diversas(Revisão Prova Auditor, Reclamação)	2	3	4				4	1
Emissão/Renovação Cédulas	0	260	260				260	0
Despachos órgãos Sociais	30	342	347	13	3	0		18

4.3. Normas e regulamentos elaborados e aprovados

Durante o exercício de 2015, foi implementada a adoção das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, promulgadas pela IAASB, comissão de normas internacionais de auditoria e de garantia de fiabilidade cujos trabalhos se desenvolvem sob os auspícios da IFAC-International Federation of Accountants.

4.4. Credenciação profissional

As Cédulas Profissionais têm a validade de um ano, e, normalmente, as Cédulas referentes a um determinado ano tem validade até 31 de Março do ano seguinte. Em 2015 foram solicitadas, a emissão ou renovação de 260 Cédulas Profissionais de Contabilistas e Auditores Certificados.

4.5. Comunicação e imagem

a) O website da OPACC www.opacc.cv vem funcionando em pleno com informações atualizadas e notícias sobre os Regulamentos e as Atividades da Ordem, incluindo os concernentes ao processo de admissão, mormente programas e calendário dos exames para Contabilista e para Auditor Certificados, listas de candidatos, enunciados e resultados das provas, etc.

b) Relativamente aos Prémios OPACC decidiu-se por um desfasamento pelo que a próxima atribuição de prémios se referirá ao ano letivo 2014-15. No entanto sempre que são atribuídos os prémios Engenheiro António Lopes Canuto, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, bem como o Prémio Professor Guilherme Dias Chantre, destinado aos melhores alunos dos Cursos de Contabilidade das Escolas Técnicas do país, há sempre uma cerimónia em que estão presentes os Patrocinadores, o Presidente do Conselho Diretivo ou de outro Órgão da Ordem, os representantes dos estabelecimentos de ensino e familiares e amigos dos premiados. Como foi já dito a próxima atribuição dos Prémios OPACC terá lugar no final do ano letivo 2014-15.

c) Foram emitidas e endereçadas aos Associados e sociedades registadas na Ordem, através do seu endereço de correio eletrónico, cerca de quarenta e sete Circulares versando assuntos como: quotas em atrazo; projeto de revisão do Estatuto; convocatórias para Assembleias-gerais; socialização de anteprojetos de IRPS e IRPC e de alterações ao CIVA; divulgação de cursos, conferências, workshops e mesas redondas; avisos de consursos, pedidos de manifestação de interesse e pedido de nomeações judiciais de peritos; donativos para as asvítimas do vulcão do Fogo; pedido de regularizaçãode quotas; mensagem de Boas Festas do Presidente do Conselho Diretivo, etc. As circulares estão disponíveis na área privada dos Associados no sítio da Ordem na Internet.

d) Foram publicados no Boletim Oficial a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados, em situação regular perante a Ordem, e em efetivo exercício das funções, portanto, os únicos autorizados a exercer a respetiva profissão de Contabilista ou Auditor Certificado, no território nacional, e as Deliberações que respeitam os exames para Contabilista e Auditor Certificado; bem como o Relatório de Atividades de 2014 e o Plano de Atividades e Orçamento para 2015, no sítio da Ordem na Internet.

e) Foram remetidas cartas a diversas entidades, nacionais, estrangeiras e internacionais convidando-as a apadrinhar, patrocinar, participar e/ou a serem conferencistas no I Congresso dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, a decorrer, na Praia, nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 2015, o qual coincide com os festejos do XV Aniversário da criação da OPACC. Por outro lado, foram estabelecidos vários contactos com a UL-Universidade Lusófona Baltazar Lopes da Silva e a UAb-Universidade Aberta de Portugal, no âmbito do projeto de reconhecimento das competências dos Contabilistas Certificados, sem Licenciatura, de modo a virem seguir estudos superiores com vista à obtenção do Diploma de Licenciatura Universitária. Entretanto, foi também

dada sequência aos contactos com as restantes Ordens Profissionais cabo-verdianas, desta vez por iniciativa da Ordem dos Engenheiros, propondo que seja organizado um encontro visando a criação de um Conselho das Ordens cabo-verdianas, etc.

4.6. Relações institucionais

a) A OPACC remeteu à DGCI e às Repartições de Finanças, Casa do Cidadão, Câmaras de Comércio, Magistraturas Judicial e do Ministério Público e Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação a Lista Nacional dos Contabilistas e Auditores Certificados autorizados a exercer atividade em todo o território nacional, solicitando a sua colaboração na verificação do cumprimento da lei, e desta forma defender o interesse público.

b) A OPACC solicitou, por algumas vezes, encontros com o Ministério das Finanças e do Planeamento, para se tratar de assuntos importantes, como a aprovação do projeto de revisão do Estatuto da Ordem, que carece de adaptação à Lei das Associações Públicas Profissionais e de modernização e adequação às regras das organizações internacionais da profissão, e também da publicação do Relatório ROSC A&A Cape Verde, sobre a situação da contabilidade e da auditoria no país, entre outros assuntos, os quais infelizmente não foram agendados no exercício.

4.7. Relações de cooperação e parceria

a) Durante o exercício de 2015 a OPACC iniciou a negociação de protocolos de cooperação com as seguintes instituições, os quais se prevê assinar no exercício subsequente:

- ADEI-Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
- UAb-Universidade Aberta de Portugal

b) Através dos referidos protocolos são identificadas as áreas de cooperação com as citadas entidades, e estabelecidas as possibilidades de se conseguir benefícios mútuos para as ambas as partes, e que podem beneficiar os Associados da OPACC, indireta e individualmente.

c) Futuramente, a OPACC deverá continuar o processo de estabelecimento de relações de cooperação e parceria com outras instituições congéneres e afins e com sociedades comerciais, que tragam vantagens mútuas para as partes e que beneficiem os membros da Ordem e a própria Ordem, se possível.

4. 8. Relações internacionais

a) Durante o ano 2015, mormente no quarto trimestre, desenvolveram-se diversos contactos com as Organizações de Profissionais Contábeis dos países da CPLP, com a ONECCA-Ordre National des Experts-Comptables et Comptables Agréés du Sénégal, com a IASB-International Accounting Standards Board, com a PAFA-Pan African Federation of Accountants e com a IFAC-International Federation of Acountants, convidando os líderes dessas organizações congéneres e/ou federadoras da profissão contábil, a nível internacional, a estarem presentes ou a fazerem-se representar no I Congresso da OPACC, a realizar em Fevereiro de 2015, na cidade da Praia, e, nalguns casos, a apresentarem comunicações, enquadradas nos diversos painéis do Congresso. Convites idênticos foram feitos a organizações afins estrangeiras como a APOTEC-Associação Portuguesa dos Técnicos

de Contabilidade e o IPAI-Instituto Português de Auditoria Interna e a individualidades do meio académico ou consultores de reconhecida craveira profissional.

b) Também em 2015, a Ordem obteve um patrocínio do Banco Mundial, no montante de 15.000 dólares americanos, para realizar duas formações, uma de Contabilidade Financeira Avançada e outra de Auditoria Financeira-Normas Internacionais de Auditoria Clarificadas, no âmbito da preparação dos exames para Auditor Certificado, sendo as formações realizadas com base num contrato tripartido envolvendo a OPACC a OROC e a referida Instituição Financeira Internacional.

4.9. Desenvolvimento profissional contínuo

a) No âmbito do Plano de Formação da OPACC, para 2015, foram realizados um total de 20 cursos, conferências, mesas redondas e workshops, em temas como; normas contabilísticas específicas; fiscalidade cabo-verdiana; análise económico-financeira de empresas e outras organizações; contabilidade financeira avançada; auditoria financeira-normas internacionais de auditoria clarificadas; ética e deontologia profissional; lavagem de capitais, bens e direitos; regime especial de micro e pequenas empresas, etc., as quais foram frequentadas por cerca de 650 formandos, nas cidade da Praia e do Mindelo.

b) As formações realizadas foram em geral avaliadas de Muito Boas ou até de Excelentes, pelos formandos, e, pelo menos esse facto, transmite uma perspetiva positiva do trabalho realizado pelos formadores selecionados e nos quais pretendemos continuar a apostar.

4.10. Outras atividades e/ou factos relevantes

A grande relevância neste exercício de 2015 deve ser dado ao facto de a OPACC ter sido contactada pelo Banco Mundial, que se disponibilizou, de motu próprio, a conceder um donativo à Ordem para a realização de uma ação que a Ordem escolhesse, que coubesse num determinado valor e que fosse utilizado num determinado prazo. O valor foi pequeno, cerca de 15.000 dólares americanos, mas foi de grande utilidade, no momento, como já referido, mais atrás, neste Relatório.

5. POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A situação económica e financeira da OPACC, em 2015, evoluiu como esperado, o que permitiu o equilíbrio da tesouraria. Assim, reportamos as seguintes informações, de forma sintética, expressas em CVE.

Total de rendimentos e ganhos do exercício	26.972.600
Total de gastos e perdas do exercício	25.203.769
Superavit do exercício	**1.768.831**

Os rendimentos correspondem, às quotas e taxas de licença debitadas aos membros da Ordem e às jóias e taxas de registo e outras taxas e emolumentos cobrados, nos termos do Regulamento em vigor, os serviços de formação prestados e a venda de livros técnicos, desdobrando-se da seguinte forma:

Propinas de formação	11.268.042
Taxas pagas pelos Associados	10.887.930
Comparticipação do OE	2.500.000
Publicidade Institucional	2.562.500
Venda de livros técnicos	296.700
Outros rendimentos	105.658
Descontos e abatimentos	(648.230)
Total dos rendimentos	**26.972.600**

Os gastos correspondem, no essencial, aos gastos de funcionamento, gastos diretos com formação e venda de livros e gastos com depreciações e imparidades, conforme política adoptada pela OPACC, sendo:

Gastos com inventários vendidos ou consumidos	627.415
Fornecimentos e serviços de terceiros	16.335.525
Gastos com o pessoal	3.392.228
Imparidades de dívidas a receber	893.605
Gastos de depreciação e amortização	2.341.275
Outros gastos e perdas	248.162
Juros e perdas similares suportadas	1.365.560
Total dos gastos	**25.203.769**

Os fluxos de caixa, no exercício de 2015, sintetizam-se da seguinte forma:

Caixa e bancos no início do exercício	538.115
Recebimentos de clientes	19.078.955
Recebimento do Tesouro	3.675.000
Outros recebimentos	7.538.168
Fluxos de caixa positivos	**30.830.238**
Pagamentos a fornecedores, pessoal e outros	(19.094.661)
Pagamentos do ativo fixo tangível adquirido	(297.762)
Pagamentos de prestações empréstimo obtido	(10.560.510)
Fluxos de caixa negativos	**(29.952.933)**
Caixa e bancos no fim do exercício	**877.305**

Para melhor compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e das alterações no Património da OPACC, durante o exercício de 2015, remetemos para as demonstrações financeiras do exercício, que complementam este Relatório.

6. NOTA FINAL

Em nome dos titulares dos órgãos sociais, dirigimo-nos, finalmente, a todos os membros da OPACC, dizendo-vos que foi um renovado prazer e um grande privilégio desempenharmos, mais um ano, as nossas funções enquanto membros dos órgãos sociais da Ordem Profissional de todos os Auditores Certificados e Contabilistas Certificados cabo-verdianos.

O Conselho Diretivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

2015

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2015

Moeda: CVE

RUBRICAS	NOTAS	Data de Referência 31-12-2015 VALORES	31-12-2014 VALORES
ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Edifícios e Outras Construções		24.495.185	25.608.591
Equipamentos administrativos		3.287.942	4.311.237
Outros ativos fixos tangíveis		166.872	247.418
Total de ativos fixos tangíveis	3	**27.949.999**	**30.167.246**
Ativos intangíveis			
Programa de computador		117.563	86.640
Total de ativos intangíveis	4	**117.563**	**86.640**
total do ativo não corrente		**28.067.562**	**30.253.886**
Ativo corrente			
Inventários	5	325.420	49.487
Clientes	6	3.645.693	3.420.391
Fornecedores	7	328.285	328.285
Outras contas a receber	8	196.702	1.226.689
Diferimentos		-	64.716
Caixa e depósitos bancários	9	877.305	538.115
Total do ativo corrente		**5.373.405**	**5.627.683**
Total do ativo		**33.440.967**	**35.881.569**
PATRIMÓNIO E PASSIVO			
Património			
Patrimonio inicial		2.250.697	2.250.697
Resultados transitados		17.349.428	15.511.420
Resultado líquido do periodo		1.768.831	1.838.008
Total do património	10	**21.368.956**	**19.600.126**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos	11	8.959.383	12.777.931
Total do passivo não corrente		**8.959.383**	**12.777.931**
Passivo corrente			
Adiantamento de clientes/Associados		684.254	196.297
Fornecedores	12	1.040.766	206.778
Estado e outros entes públicos	13	275.336	118.575
Financiamentos	11	373.078	478.050
Diferimentos		-	-
Outras contas a pagar	14	739.194	2.503.812
Total do passivo corrente		**3.112.628**	**3.503.512**
Total do passivo		**12.072.011**	**16.281.443**
Total do património e do passivo		**33.440.967**	**35.881.569**

0

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2015 e 31 de DEZEMBRO de 2015

Moeda: CVE

RUBRICAS		PERÍODO		
		2015		2014
	NOTAS	VALORES		
Vendas e Prestações de serviços	15	24.366.942		15.621.887
Subsídios de exploração	16	2.500.000		2.685.000
Gastos com inventários vendidos e consumidos	5	-627.415		-365.605
Resultado operacional bruto		**26.239.527**		**17.941.282**
Fornecimentos e serviços externos	17	-16.335.525		-7.785.393
Valor acrescentado bruto		**9.904.003**		**10.155.889**
Gastos com o pessoal	18	-3.392.228		-3.560.993
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	-893.605		-1.083.628
Outros rendimentos e ganhos	20	105.658		964.401
Outros gastos e perdas	21	-248.162		-686.488
Resultado antes depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financº e impostos		**5.475.666**		**5.789.182**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	-2.341.275		-2.375.341
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		**3.134.391**		**3.413.841**
Juros e ganhos similares obtidos		-		-
Juros e perdas similares suportados	22	-1.365.560		-1.575.833
Resultado líquido do período		**1.768.831**		**1.838.008**

O Conselho Diretivo

ORDEM DOS REVISORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2015 e 31 de DEZEMBRO de 2015

Moeda: CVE

DESCRIÇÃO		Notas	PATRIMÓNIO				
			Patrimonio inicial	Outras Variações no património	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do património
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2014	1		2.250.697		12.128.780	3.382.640	17.762.117
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período						1.838.008	1.838.008
Aplicação do resultado do exercício anterior					3.382.640	-3.382.640	0
Outras alterações reconhecidas no património							
RESULTADO EXTENSIVO	2		0	0	3.382.640	-1.544.632	1.838.008
OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO							
Patrimonio líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC							0
Outras operações relacionadas com o património							
	3		0	0	0	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES							
	4		0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2014	1+2+3+4	10	2.250.697	0	15.511.420	1.838.008	19.600.126
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2015	1		2.250.697	0	15.511.420	1.838.008	19.600.126
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período						1.768.831	1.768.831
Aplicação do resultado do exercício anterior					1.838.008	-1.838.008	0
Outras alterações reconhecidas no património							
RESULTADO EXTENSIVO	2		0	0	1.838.008	-69.177	1.768.831
OPERAÇÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NO PERÍODO							
Patrimonio líquido recebido da Comissão Instaladora da OPACC							0
Outras operações relacionadas com o património							
	3		0	0	0	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES							
	4		0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2015	1+2+3+4	10	2.250.697	0	17.349.428	1.768.831	21.368.956

O Conselho Diretivo

ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS - CONSELHO DIRECTIVO

OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados
NIF Nº 555065502

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2014 e 31 de DEZEMBRO de 2015

Moeda: CVE

RUBRICAS		PERÍODO		
		2015		2014
	Notas	Valores		Valores
Método directo				
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de associados e clientes gerais			19.078.955	16.581.756
Pagamentos aos fornecedores			-15.839.991	-8.289.718
Pagamentos ao pessoal			-3.254.670	-3.613.973
Caixa gerada pelas operações			-15.706	4.678.065
Subsídios de Exploração - OGE			3.675.000	1.225.000
Outros patrocínios e donativos			50.000	1.112.379
Outros pagamentos/recebimentos			2.154.830	-961.368
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			5.864.124	6.054.076
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			-260.224	-2.336.592
Ativos intangíveis			-37.538	0
Fluxos de das atividades de Investimento (2)			-297.762	-2.336.592
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos			0	0
Outras operações de financiamento				
Juros e rendimentos similares			0	0
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			-3.895.527	-2.433.917
Juros e gastos similares			-1.331.645	-1.601.169
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			-5.227.172	-4.035.086
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)			339.190	-317.602
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo			538.115	855.717
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo			877.305	538.115

O Conselho Diretivo



OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

NIF Nº 555 065 502

ANEXO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2015 E 31/12/2015

INTRODUÇÃO

A OPACC - Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo Estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº 5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000, é uma pessoa coletiva de direito público, independente do Estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidade e atribuições, no essencial: superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor certificado e contabilista certificado; promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho; exercer jurisdição disciplinar sobre os seus membros; e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos mesmos; bem como propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de auditor certificado e de contabilista certificado e aos interesses profissionais e morais dos associados, etc.

A OPACC tem sede na cidade da Praia e jurisdição sobre todo o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, do Barlavento e do Sotavento, e admitindo-se a possibilidade de estas criarem, quando se justificar, secções regionais por ilhas.

NOTA Nº 0 -REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas, de acordo com o SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, em vigor em Cabo Verde, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro, seguido da Portaria nº 49/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Código de Contas do SNCRF, bem como do Despacho Normativo nº 1/2008 de 29 de Dezembro, que aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF, dos Despachos Normativos nº 2/2008 a 26/2008 de 29 de Dezembro, que aprovam as 25 Normas de Relato Financeiro e do Despacho Normativo nº 27/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Especial para as Pequenas Entidades do SNCRF. São introduzidas ligeiras adaptações, mormente ao Código de Contas e aos Modelos de Demonstrações Financeiras, para fazer face às necessidades de relato da OPACC.

NOTA Nº 1 -RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

1.1. Pressupostos básicos

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Ordem e do regime do acréscimo.

1.2. Comparabilidade

A informação apresentada é comparativa em relação ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas nas demonstrações financeiras.

1.3. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico. As exceções na mensuração de ativos e passivos específicos são referidas nas notas respetivas.

1.3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respetivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações do ativo fixo tangível contabilizadas como gastos, no exercício, são calculadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere o n.º 1 da Portaria n.º 3/84, de 28 de Janeiro de 1984, as quais se ajustam à vida útil estimada, sendo:

▫ Edifícios e outras construções	4%
▫ Equipamento administrativo	12.5% - 25%
▫ Outros ativos fixos tangíveis	25% - 33.33%

1.3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os custos incorridos na aquisição de uma licença para 4 utilizadores do MS-Online Small Business. São amortizados à taxa de 33,33%.

1.3.3. Contas correntes a pagar e a receber

As contas correntes a pagar e a receber encontram-se mensurados pelos seguintes critérios:

1.3.3.1. Contas a receber

Em geral, as contas a receber são mensuradas ao justo valor, pelo que deduzidas de eventuais imparidades. No que concerne, particularmente, à conta clientes-associados, sociedades e estagiários, a OPACC adota a política de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a sua dívida, até o final do sexto mês.

1.3.3.2. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

1.3.4. Inventários

Os inventários são mensurados, inicialmente, pelo preço de aquisição, que inclui o valor da compra e as despesas adicionais incorridas até que a mesma esteja disponível na sede da Ordem, e os inventários finais são mensurados ao custo médio ponderado.

1.3.5. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são mensurados inicialmente pelo seu valor nominal, e em cada data de relato pelo custo amortizado, sendo apresentado no passivo corrente os montantes a pagar nos próximos 12 meses e no passivo não corrente os montantes com vencimento superior a 12 meses.

1.3.6. Especializações do Exercício

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando gerados e não quando são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "outras contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

1.3.7. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e sociedades financeiras-descobertos bancários.

1.3.8. Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de Abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de Janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A OPACC reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica Outras contas a pagar.

Os trabalhadores da OPACC encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Ordem qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.3.9. Património

São incluídos na rubrica património: o património inicial da OPACC, que se refere ao saldo bancário recebido da Comissão Instaladora; os resultados transitados, que compreendem os superavit e deficit dos exercícios precedentes; e o resultado líquido do período. Este último, no exercício seguinte, é transferido para resultados transitados-superavit acumulados ou resultados transitados-deficit acumulados.

1.3.10. Rédito

O rédito das vendas e prestações de serviços compreende o justo valor das vendas e prestações de serviços do exercício, líquido de eventuais impostos, descontos e devoluções. É reconhecido com referência à data da entrega dos bens vendidos ou à fase de acabamento dos serviços prestados. Não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação ou à cobrança dos bens vendidos ou do serviço prestado.

1.4. Gestão de riscos financeiros

1.4.1. Risco cambial

O risco cambial é reduzido na medida que (i) existe uma paridade cambial entre o euro e o escudo (ii) as vendas e prestações de serviço são em escudos (iii) os financiamentos obtidos são em escudos (iii) maior percentagem dos gastos é em escudos e menor percentagem em euros e percentagem insignificante noutras moedas.

1.4.2. Risco de taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Ordem sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido dado que a Ordem adota o pagamento a pronto ou antecipado e só excecionalmente concede crédito.

1.4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é reduzido dado que a Ordem só excecionalmente recorre a crédito bancário de curto prazo.

NOTA Nº2–FLUXOS DE CAIXA

O saldo da caixa e equivalentes de caixa, que incluem caixa e depósitos bancários, encontram-se totalmente disponíveis para uso. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da OPACC.

NOTA Nº3-ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados das rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

Escudos

	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS	TOTAL GERAL
Posição em 1 de Janeiro de 2014				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	5 003 146	619 525	33 457 821
Depreciação acumulada	(1113 153)	(1558 195)	(152 732)	(2824 080)
Valor líquido	**26 721 997**	**3 444 951**	**466 793**	**30 633 741**
Movimentos em 2014				
Valor liquido inicial	26 721 997	3 444 951	466 793	30 633 741
Aquisições	-	1 982 596	256 787	2 239 383
Alienações-valor de aquisição ou reava	-	-	(499 003)	(499 003)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	135 146	135 146
Depreciação do exercicio	(1113 406)	(1116 310)	(112 306)	(2342 022)
Valor liquido	**25 608 591**	**4 311 237**	**247 418**	**30 167 246**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	6 985 742	377 309	35 198 201
Depreciação acumulada	(2226 559)	(2674 505)	(129 891)	(5030 956)
Valor liquido	**25 608 591**	**4 311 237**	**247 418**	**30 167 246**
VARIAÇÕES EM 2015				
Valor liquido inicial	25 608 591	4 311 237	247 418	30 167 246
Aquisições	-	260 224	-	260 224
Alienações-valor de aquisição ou reava	-	(271 121)	-	(271 121)
Alienações/correcções depreciação ac	-	90 772	-	90 772
Depreciação do exercicio	(1113 406)	(1103 171)	(80 545)	(2297 122)
Valor liquido	**24 495 185**	**3 287 942**	**166 872**	**27 949 999**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015				
Valor de aquisição ou reavaliado	27 835 150	6 974 846	377 309	35 187 305
Depreciação acumulada	(3339 965)	(3686 904)	(210 437)	(7237 306)
Valor liquido	**24 495 185**	**3 287 942**	**166 872**	**27 949 999**

As aquisições em 2015 referem-se à compra de 1 servidor para a Sede da OPACC no valor 221.933 ESC e de 1 armário para a contabilidade no valor de 38.291 ESC.

Os abates em 2015 relacionam-se essencialmente com o roubo de equipamentos administrativos na sequência de um assalto às instalações da Delegação Regional de Barlavento.

As aquisições em 2014 referem-se à compra de: 1 portátil para a sede da OPACC na Comissão Regional Sotavento, no valor de 69.900 ESC; 1 portátil, estores e outros equipamentos para Academia da OPACC-CRS, no valor 437.841 ESC; equipamentos e mobiliários diversos para a Comissão Regional Barlavento, nomeadamente, para a sede da CRB, na ilha de São Vicente, no valor de 852.875 ESC, e para secção regional, na ilha do Sal, no valor de 878.769 ESC.

O abate efetuado no exercício de 2014, tem a ver com a alienação de mobiliários diversos da antiga residência do Secretário Geral da OPACC, em maio de 2014.

NOTA Nº4 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados das rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

	Escudos	
	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
VARIAÇÕES EM 2015		
Valor liquido inicial	86 640	86 640
Aquisições	75 075	75 075
Depreciação do exercicio	(44 152)	(44 152)
Valor liquido	**117 563**	**117 563**

NOTA Nº5 – INVENTÁRIOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica existências é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Saldo inicial	49.487	146 597
Compras	903.348	268 495
Stock final	(325 420)	(49 487)
Gastos com inventario vendido e consumido	**627 415**	**365 605**

Referem-se a materiais didáticos e consumíveis diversos no âmbito de realizações de formações organizadas no exercício pela OPACC.

NOTA Nº6 – CLIENTES

O detalhe do valor escriturado da rubrica clientes é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2015	2 014
Clientes Gerais - c/c	2 669 458	1 259 988
Associados-auditores certificados	623 317	466 517
Associados-contabilistas associados	10 332 611	8 243 925
Associados-sociedades de auditores certificados	1 750	31 750
Associados-sociedades de contabilistas associados	760 567	517 017
Depósitos a identificar	(2749 599)	-
Perdas por imparidades	(7992 411)	(7098 806)
	3 645 693	**3 420 391**

NOTA Nº 7 – FORNECEDORES

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores do ativo do balanço, é o seguinte:

		Escudos	
		2015	2014
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	(i)	293 785	293 785
Caução renda - CRB		31 500	31 500
Caução garrafões de água - Tecnicil Industria		3 000	3 000
		328 285	**328 285**

(i) O valor de 293.785 ESC (2.664 €), foi adiantado para compra de manuais de auditoria e de contabilidade.

NOTA Nº 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a receber é apresentado no quadro seguinte:

		Escudos	
Valores a receber		2015	2014
Devedores diversos		196 702	1 689
Camara Municiapal São Salvador do Mundo		150 000	150 000
João Emanuel Brito de Pina		76 878	76 878
Saldo+		45 000	45 000
Maria da Conceição Mendes Landim		16 500	16 500
Luis Caetano		12 500	12 500
Sandra Helena Ascensão Rodrigues		12 000	12 000
Outros devedores			-
Devedores por acrescimo de rendimentos	(i)	-	1 225 000
Perdas por imparidade		(312 878)	(312 878)
		196 702	**1 226 689**

(i) O valor escriturado nesta conta em 2014 refere-se a 50% da verba atribuída pelo OE à Ordem, por contrapartida do serviço público prestado, referente ao exercício de 2014, recebido em janeiro de 2015.

NOTA Nº 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Depósitos a ordem	867 305	414 590
Caixa pequena - CRS	5 000	5 000
Caixa pequena - CRB	5 000	5 000
Caixa principal - CRS	-	113 525
	877 305	**538 115**

NOTA Nº 10 - PATRIMÓNIO

O detalhe do valor escriturado da rubrica património é apresentado no quadro seguinte:

		Escudos	
		2015	2014
Patrimonio inicial	(i)	2 250 697	2 250 697
Resultados transitados	(ii)	17 349 428	15 511 420
Resultados liquidos do período		1 768 831	1 838 008
		21 368 956	**19 600 126**

(i) O valor inscrito na conta património inicial refere-se a fundos recebidos da Comissão Instaladora.
(ii) O valor inscrito na rubrica resultados transitados resulta da diferença entre os Superavit acumulados e os deficit acumulados de exercícios anteriores.

NOTA Nº 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 a conta financiamentos obtidos tem a seguinte composição:

		2015			2014		
		Corrente	Não Correntes	Total	Corrente	Não Correntes	Total
Financiamento bancário I BCA	(i)	-	-	-	140 336	3 445 470	3 585 806
Financiamento bancário II BCA	(ii)	373 078	8 959 383	9 332 461	337 714	9 332 461	9 670 175
		373 078	**8 959 383**	**9 332 461**	**478 050**	**12 777 931**	**13 255 981**

(i) Em 2014, o valor do financiamento bancário I referia-se ao remanescente em dívida do empréstimo do Banco Comercial do Atlântico, de 2012, no valor de 6.000.000 ESC, a uma taxa de juro anual atualizada de 11%, para financiar a aquisição do espaço da Sede Central e da CRS, a ser amortizado em 180 prestações, garantido por uma hipoteca de primeiro grau sobre o espaço adquirido. No entanto, em 2015 procedeu-se à amortização extraordinária do empréstimo.

(ii) O valor inscrito na conta financiamento bancário II refere-se ao remanescente em dívida do empréstimo bancário obtido no Banco Comercial do Atlântico em 2013, no valor de 10.000.000 ESC, a uma taxa de juro anual atualizada de 10%, a ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, garantido por uma hipoteca de primeiro grau sobre o espaço adquirido.

NOTA Nº 12 – FORNECEDORES

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecedores é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
INCV	445 027	119 584
Hotel Mar	393 600	-
Diversos	202 139	87 194
	1 040 766	**206 778**

NOTA Nº 13 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica estado e outros entes públicos é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
IUR retido a trabalhadores independentes	209 062	10 630
Contribuições paar o INPS	45 424	3 445
IUR retido nas rendas	14 670	94 854
IUR retido a trabalhadores dependentes	6 180	9 646
	275 336	**118 575**

NOTA Nº 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe do valor escriturado da rubrica outras contas a pagar é o seguinte:

		Escudos	
Valores a pagar		2015	2014
Credores por acrescimo de gastos	(ii)	443 250	173 250
Acrescimos por ferias, subsidios de ferias e encargos	(i)	235 716	137 538
Outros credores	(iii)	60 228	2 193 024
		739 194	**2 503 812**

(i) O valor da conta acréscimos por férias, subsídios de férias e encargos reflete a responsabilidade da Ordem com férias do pessoal vencidas e não gozadas até 31-12-2015.

(ii) O valor inscrito na rubrica credores por acréscimo de gastos refere-se essencialmente a serviços de contabilidade e auditoria às contas referente ao exercício de 2014.

(iii) Em 2014, o valor da rubrica outros credores inclui um montante de 2.179.824 ESC referente aos depósitos não identificados e o remanescente refere-se a saldos de credores diversos.

NOTA Nº 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica vendas e prestações de serviços compreende as prestações de serviços apresentadas no quadro seguinte:

	Escudos	
	2015	**2014**
Vendas de livros técnicos	**296 700**	**136 900**
A auditores e sociedades de autidores certificados		
Taxas de inscrição e registo	12 500	-
Quotas e licenças anuais	836 000	840 000
	848 500	**840 000**
A contabilistas e sociedades de contabilistas certificados		
Taxas de inscrição e registo	131 900	137 500
Quotas e licenças anuais	9 190 750	9 552 900
	9 322 650	**9 690 400**
A candiadatos e estagiarios para contabilistas certificados		
Taxas de admissão e dispensa de estágio	697 500	506 333
Taxas de emissão de declarações	-	10 000
	697 500	**516 333**
Outras taxas e emolumentos		
Taxas de emissão de cedulas profissionais	14 500	19 500
Taxas de emissão de certidões e declarações	4 780	-
	19 280	**19 500**
Propinas de formação	11 268 042	4 897 344
Publicidade institucional	2 562 500	-
	13 830 542	**4 897 344**
Descontos e abatimentos	(574 730)	(105 890)
Devolução de prestações de serviços	(73 500)	(372 700)
Total	**24 366 942**	**15 621 887**

NOTA Nº 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O detalhe do valor escriturado na rubrica subsídios à exploração é apresentado no quadro seguinte:

	Escudos	
	2015	**2014**
Verba do OGE comparticipação serviço publico prestado	2 450 000	2 450 000
Outros patrocinios	50 000	235 000
	2 500 000	**2 685 000**

NOTA Nº 17 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe do valor escriturado da rubrica fornecimento e serviços externos é o seguinte:

		Escudos	
		2015	2014
Honorários	(vi)	4 372 010	895 528
Deslocações e Estadas	(v)	4 154 270	740 578
Publicidade e propaganda	(i)	1 864 977	171 585
Rendas e alugueres de instalações	(ii)	962 700	928 706
Despesas de Representação	(viii)	722 382	38 830
Serviços de consultoria	(vii)	613 956	920 934
Comunicação	(iii)	542 929	671 377
Coffee break nas ações de formação		489 911	469 282
Serviços de informatica		373 150	153 700
Electricidade		278 206	284 111
Artigos para oferta		261 400	-
Despesas de condomínio		252 000	252 000
Seguros	(iv)	244 183	234 404
Serviços referentes a Web Site		170 820	141 813
Outros Fornecimentos e Serviços Diversos		145 977	216 277
Serviços bancários		139 388	53 568
Royaties		123 754	-
Despesas com exames		110 105	6 940
Conservação e Reparação		106 217	110 033
Material de Escritório		95 995	145 916
Agua		95 675	84 133
Limpeza, Higiene e Conforto		79 005	32 461
Serviços de emissão de cédulas profissionais		74 750	84 813
Transporte de inventarios e materiais diversos		28 760	26 707
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido		14 695	5 360
Aluguer viatura		8 085	-
Combustível e Outros Fluidos		5 000	5 000
Equipamento de baixo valor		2 505	10 690
Contenciosos e Notariado		1 500	500
Despesas com reuniões		1 220	44 969
Serviços de lecionação das ações de formação		-	1 053 510
Vigilância e segurança		-	1 668
		16 335 525	**7 785 393**

(i) O valor inscrito na conta publicidade e propaganda, refere-se a publicações avisos e anúncios em jornais e boletim oficiais, assim como material para o I congresso OPACC.

(ii) O valor inscrito na conta rendas e alugueres de instalações refere-se, ao valor do arrendamento do escritório da CRB-Mindelo, arrendamento da instalação na CRB-Espargos e o restante valor de refere-se a alugueres de salas para formações.

(iii) O valor inscrito na conta comunicação, referem-se essencialmente aos gastos com serviços postais, telefone e internet.

(iv) O valor inscrito na conta de seguros, refere-se no essencial, ao seguro de responsabilidade civil dos associados referente aos meses de janeiro a dezembro de 2015, ao

seguro de incêndio dos meses de janeiro a dezembro de 2015, das instalações da OPACC, no Conselho Regional de Sotavento e no Conselho Regional de Barlavento.

(v) O valor inscrito na conta de deslocações e estadas refere-se a gastos com deslocações, alojamento e refeições dos formadores e dos membros dos órgãos sociais para participação em reuniões.

(vi) O valor inscrito na rubrica honorários referem-se essencialmente aos gastos com serviços prestados por formadores, serviços de contabilidade, auditoria, jurídicos, de traduções e de realização e supervisão de exames. O valor significativo em 2015 corresponde sobretudo aos gastos com formadores.

(vii) O valor inscrito na rubrica consultoria refere-se aos serviços de elaboração de uma norma, regulamento e guia de controlo de qualidade de serviços contábeis.

(viii) O valor inscrito nesta rubrica em 2015, refere-se essencialmente com a gastos relacionados com a realização do I congresso da OPACC.

NOTA Nº 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe do valor escriturado da rubrica gastos com o pessoal é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Salários de ordenados	2 269 815	2 328 025
Premios e incentivos	74 769	80 000
Subsidio Natal	30 000	-
Conversão de férias	47 216	85 880
Subsidios de refeições	343 500	373 478
Subsidios de isenção de horário	49 000	147 000
Outras remenerações	12 876	-
Subsidio de utilização de viatura	-	111 230
Encargos sobre remunerações	360 806	270 600
Seguro obrigatório acidentes de trabalho	10 806	11 180
Transporte de pessoal	193 440	153 600
	3 392 228	**3 560 993**

NOTA Nº 19 – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O detalhe do valor escriturado da rubrica imparidades de dívidas a receber é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Imparidade em dívidas a receber (i)	**893 605**	**1 083 628**

(i) As imparidades de dívidas a receber derivam da aplicação da política da OPACC de registar perdas por imparidades no que concerne os saldos dos clientes-associados, sociedades e estagiários, com pelo menos cinco meses de antiguidade, quando, previamente contactados, os clientes não regularizem a suas dívidas, até o final do sexto mês

NOTA Nº 20 – OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros rendimentos é apresentado no quadro seguinte:

		Escudos	
		2015	2014
Rendimentos suplementares	(i)	100 000	325 800
Alienação	(ii)	-	420 000
Outros não especificados	(iii)	5 658	218 601
		105 658	**964 401**

(i) O valor contabilizado na rubrica rendimentos suplementares refere-se a cedência de sala, na academia da OPACC.
(ii) Em 2014, o valor contabilizado nesta rubrica refere-se a alienação dos mobiliários e equipamentos diversos da residência do Secretário Geral da OPACC.

(ii) Em 2014, o valor contabilizado na rubrica outros, refere-se, no fundamental a anulação do acréscimo de gasto relativamente a deslocações e estadas feito em 2013, e o remanescente diz respeito a uma regularização feita em decorrência de uma duplicação de fatura de 2013.

NOTA Nº 21 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe do valor escriturado na rubrica outros gastos e perdas é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Abates	187 748	363 857
Impostos	56 227	17 330
Correções de periodos anteriores	3 611	
Outros	576	305 301
	248 162	**686 488**

Os abates relacionam-se com o descrito na Nota 3.

NOTA Nº 22 – JUROS E PERDAS SIMILARES

O detalhe do valor escriturado da rubrica juros e perdas similares é o seguinte:

	Escudos	
	2015	2014
Juros de financiamentos obtidos	1 275 153	1 482 885
Outros juros	39 492	1 025
Outras perdas de financiamento	50 915	91 923
	1 365 560	**1 575 833**

NOTA Nº 23– ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os movimentos efetuados no exercício são os seguintes:

ACRÉSCIMO DE GASTOS

		Escudos	
		2015	2014
1-Acrescimo de gastos			
Serviços de contabilidade		270 000	-
Serviços de auditoria		173 250	173 250
Férias e ecnargos		137 538	137 538
	Total	**580 788**	**310 788**
2 - Diferimentos de gastos			
Seguro sede		-	12 580
Seguro academia		-	12 236
Renda janeiro 2015-Sal		-	27 900
Apartadao 2015		-	3 000
Apartadao 2015		-	3 000
Assinatura jornal			6 000
	Total	-	**64 716**
3-Acrescimo de rendimentos			
Subsídio do Estado		-	1 225 000
	Total	-	**1 225 000**

NOTA Nº 24 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS NOUTRAS NOTAS

Não são esperados quaisquer passivos significativos decorrentes de passivos contingentes.

NOTA Nº 25 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foi identificada nenhuma.

NOTA Nº 26- OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Não foi identificada nenhuma.



Adalberto de Oliveira Mendes
Auditor Certificado nº 0007 pela
Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde

Ao Conselho Diretivo da OPACC
Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde
Achada Santo António - Cidade da Praia
República de Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com Reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (adiante designada OPACC) que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de Ativo Líquido de ESC 33 440 967 e um total de Património ESC 21 368 956, incluindo um Resultado Líquido positivo de ESC 1 768 831, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas explicativas anexas às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas mais significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção "Bases para a Opinião com Reservas", mencionados nos pontos subsequentes 3. e 4., as Demonstrações Financeiras anexas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da OPACC, em 31 de dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro em Cabo Verde.

Bases para a Opinião com Reservas

3. Para a confirmação de saldos de entidades externas, foi feito a circularização e, dos resultados obtidos, constatou-se que, existe alguma limitação na validação real dos saldos devedores, em referência circularizados, a Clientes (ESC 3 645 693), Adiantamento a Fornecedores (ESC 328 285) e Outras Contas a Receber (ESC 196 702), assim como, nos saldos credores de Adiantamento de Clientes (ESC

684 254), Fornecedores (ESC 1 040 766) e Outras Contas a Pagar (ESC 739 194). Assim sendo, não nos foi possível concluir sobre a exatidão da totalidade dos saldos mencionados, o que nos impõe alguma reserva na validação real dos montantes em referência.

4. Na análise às contas da rubrica Outras Contas a Pagar, constatamos na Conta Depósitos não Identificados, na data de 31/12/2015, o valor de ESC 2 749 599 deduzidos ao saldo global de Clientes e, que possivelmente, correspondem a depósitos de clientes. No entanto, não conseguimos concluir sobre a razoabilidade do mesmo e o efeito do ajustamento/reclassificação que poderá ter na apresentação das demonstrações financeiras, uma vez que, condiciona a nossa opinião sobre a razoabilidade das informações constantes nas demonstrações financeiras, pois a mesma, dependerá essencialmente, das evidências, o que não nos foi possível emitir uma opinião.

5. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas, estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo.

6. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Declaração Explícita de Independência do Auditor em Relação aos Princípios Éticos

7. Somos independentes da OPACC, de acordo com os requisitos do Código de Ética e Deontologia da Ordem dos Profissionais de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos.

Matérias Relevantes de Auditoria

8. As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

9. Para além das matérias relevantes referidas na seção "Bases para a Opinião com Reservas" não existem outras matérias relevantes consideradas no âmbito da nossa auditoria.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Auditoria - Relatório de Gestão

10. O Conselho de Administração da OPACC é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão. A nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras, abrange o conteúdo da informação constante do Relatório de Gestão e expressamos nossa opinião que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção "Bases para a Opinião com Reservas" a informação constante do Relatório de Gestão, é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

11. Em conjunto com a auditoria sobre as Demonstrações Financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se a informação constante do Relatório de Atividades é materialmente inconsistente com as Demonstrações Financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

12. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Adalberto de Oliveira Mendes
Auditor Certificado nº 0007 pela
Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

13. O Conselho de Administração da OPACC é o responsável pela preparação e apresentação destas demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os Fluxos de Caixa de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relado Financeiro em vigor em Cabo Verde, pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

14. Quando se prepara Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração da OPACC é responsável por avaliar a capacidade da organização de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

15. Os responsáveis eleitos na OPACC, são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

16. Os nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras tomadas como um todo estão livres de distorções relevantes causada por fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.
Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista.

17. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, se possam influenciar decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

18. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria (ISAs), exercemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de adequada apresentação;
- Comunicamos com os responsáveis da organização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

  O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos entendimento do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da organização;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;

Adalberto de Oliveira Mendes
Auditor Certificado nº 0007 pela
Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde

- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da organização para dar continuidade às suas atividades.

  Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas nas evidencias de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a que a organização descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação geral, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e eventos compatíveis de apresentação adequada;
- Fornecemos também ao Conselho de Administração, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente a nossa independência, incluindo, quando que aplicável as respetivas salvaguardas.

Praia, 31 de Maio de 2017

Adalberto de Oliveira Mendes

Auditor Certificado - Nº de inscrição 0007

PARECER E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA OPACC CV

Exmos. Senhores
ASSOCIADOS DA OPACC – ORDEM PROFISSIONAL
DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS
Cidade da Praia

Assunto: **PARECER ÀS CONTAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Exmos. Senhores

I. Ao abrigo das competências do Conselho Fiscal, constantes do artº 52º dos Estatutos da OPACC – Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de de Cabo Verde, analisamos as demonstrações financeiras da Ordem, com sede na cidade da Praia, ilha de Santiago, anexas a este relatório e constituídas por balanço, demonstração dos resultados por natureza e o mapa de fluxo de caixa, respeitante ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2015 respectivamente, concluímos terem sido as mesmas peças elaboradas de acordo com o SNCRF – Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro de Cabo Verde, foram produzidos recomendações e outros procedimentos que achamos pertinentes, para opinarmos sobre as mesmas.

A elaboração e apresentação das peças acima identificadas é da responsabilidade do Conselho Directivo e a nossa responsabilidade consiste em expressarmos a nossa opinião como Conselho Fiscal da OPACC CV, sobre actividade e contas de 2015 com base no exame que realizámos e o acompanhamento que demos a Ordem durante o exercício em questão:

I – Dentro das funções comedidas ao Conselho Fiscal, não participamos em nenhuma reunião da Assembleia Geral ou do Conselho Directivo, no entanto, tivemos acesso as actas comunicados de 2015, tendo concordado com as deliberações emanadas das reuniões. Através da Administração Financeira tomamos conhecimento de todos os actos de rotina da Ordem em 2015. No entanto, o atraso verificado nos registos das contas de 2015 condicionou o desempenho dos órgãos sociais.

II – Consultamos o relatório de auditoria e tiramos as seguintes recomendações para actuação do Conselho Directivo nos exercícios seguintes:

2.1 –As contas a Pagar – Depósitos não identificados de 2,749,599.00 distorce informações do Balanço
2.2 – Imparidades no valor de 7,992,411.00 correspondem cerca de 56%, das dívidas a receber dos associados (clientes)

III – Apesar das nossas recomendações estamos convictos que as DF´s – Demonstrações Financeiras traduzem nos aspectos materialmente mais relevantes a situação patrimonial e financeira da OPACC de forma verdadeira e apropriada

IV - Tendo em conta os exames e análises efectuados e reservas de auditoria, a nossa opinião é favorável a aceitação de: (i) Demonstrações Financeiras de 2015 com um Activo de 33,440,967.00, um Património de 21,368,956.00 e um Passivo de 12,072,011.00; (ii) Relatório de Auditoria Financeira iii) Relatório do Conselho Directivo e que serviram de base para produção deste relatório do Conselho Fiscal

Mindelo, Julho de 2017

O Conselho Fiscal da OPACC

-Manuel de Jesus Monteiro-
Presidente

-António Carolino Querido dos Reis Borges-
Vice-Presidente

-Armando Ferreira Querido Semedo-
Vogal

-Sónia Lima dos Santos-
Vogal